

SUBSÍDIOS  
PARA UMA EDIÇÃO COMENTADA  
DAS CARTAS DE ANTONIO VIEIRA

No reinado de D. João IV, ao terminar o ano de 1645, nada auspiciosa parecia a situação da monarquia restaurada. O que se via era a fronteira ameaçada de um inimigo superior em forças, e do qual só a custo nos defendíamos; as diligências por auxílio extranho baldadas; as negociações de Munster, sôbre a paz, que pretendíamos, e a liberdade do infante D. Duarte, a arrastarem-se sem exito. Das nações que nos podiam de modo eficaz prestar o seu concurso diplomático, a Inglaterra, absorvida em contendas domésticas, indifferente à nossa sorte; Suécia cautelosa, a esquivar-se; Roma, que recusava os nossos enviados, quasi hostile. A Europa era a nossos olhos um deserto vasto, em que só um amigo descortinávamos: a França e esse caviloso e incerto. O império colonial, tão extenso ainda hontem, esboroava-se-nos, retalhado às mãos dos holandeses, que, de posse da parte do Brazil, nos haviam tomado Angola e S. Tomé, impediam na Índia o nosso comércio e começavam a expulsar-nos do Ceilão. O erário estava exausto; faltavam soldados, armas, cavalaria, e, particularidade hilariante e trágica, em Holanda tinhamos de buscar navios, petrechos e munições com que a iamos combater. Tão desanimado se achava o rei, que nestes termos mandava escrever ao conde da Vidigueira, embaixador em Paris: «Confesso-vos que vejo o reino tão

cansado, tão gastados os vassallos, tão destruídas as fazendas, umas porque ficam nas fronteiras, outras porque com as levas que continuamente se estão fazendo, nem há tempo, nem há homens que acudam a essa cultura... mandei fazer diligência para me virem cavalos de fóra, e é a despesa, que me dizem fará, insuportável para o estado em que se acha o reino; receio que sôbre a inimizade de Castela se nos declare a de Holanda»<sup>1</sup>.

Para se restaurar o Brazil entabolava o governador geral António Teles da Siva diligências, de que proveio levantarem-se em agosto de 1645 os portuguezes de Pernambuco contra o dominador estrangeiro. O Maranhão revoltara-se com êxito, expulsando-o em 1653. Esperava-se igual resultado em Pernambuco, mas nem êle foi immediato, como os patriotas em armas presumiam, nem as circunstâncias da política geral permitiam ao govêrno arcar com as responsabilidades da luta declarada com a Holanda. Previa-se para breve a paz entre a Hespanha e a república, e, livre cada uma das nações de um poderoso contendor, as forças de ambas cairiam sôbre Portugal exausto. D. João IV revogou a resolução, e, aterrado, só no amparo da França enxergou meio de se defender de Castela e compôr as divergências com a Holanda. Para isso a só condição eficaz lhe pareceu o *emparentar* naquele país, consoante ao dizer da carta citada acima. Voltava à teia o projecto de consórcio do príncipe D. Teodósio, herdeiro da corôa, com M<sup>lle</sup> de Montpensier, filha única do duque de Orléans, já encomendado antes a Luís Pereira de Castro em 1643, e ultimamente, em Agosto, ao conde da Vidigueira. Por êle mostravam interêsse os francezes residentes em Lisboa, o consul, muito adicto de D. João IV, e o próprio embaixador de França, Rouillac.

---

<sup>1</sup> Original no Cod. 1:762 da Bibl. Nac. de Lisboa, fls. 707. A sintaxe incorrecta é do próprio documento.

Se bem que acolhida com reserva a proposta, quando feita a Mazarini, porventura o duque de Orléans não a teria por de todo desapreciável. Verdade ou não, dizia-se o marquês de Rouillac, incumbido de lhe dar notícias da pessoa do príncipe, carácter, inteligência, disposições físicas, e mais ainda provavelmente das possibilidades de ordem monetária e política que o oferecido consórcio poderia conter.

Pelo verão de 1646 o Consul Saint Pé descobriu-se ao secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, e Rouillac ao conselheiro de estado e ministro D. Lourenço de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira. A reserva que houvera em França respondeu igual reserva da côrte portuguesa; dissimulou-se o propósito afagado, e invocou-se a idade do príncipe para não dar entrada a negociações destituidas de carácter decisivo; mas ao mesmo passo ordenou-se ao Conde de Vidigueira que as promovesse em Paris <sup>1</sup>. É crível tenha relação com a tentativa o confe-

---

<sup>1</sup> Se bem que alheio ao objecto principal d'êste estudo, não carece de interesse o documento seguinte, que trata do assunto, e aqui se transcreve :

Copia da Carta de Pedro Vieira da Silva,  
escripta por mandado de S. M. a 24 de Agosto de 645.

João de Saint Pé, consul da Nação franceza, pessoa de quem o Marquês de Rouillac faz a maior confiança, me veio dizer em segredo, pedindo-o particularmente para com o dito Marquês, que elle dissera por algumas vezes desejava ver casado o Principe Nosso Senhor com a duqueza de Montpensier, sua parenta, filha unica do duque de Orléans, e que posto que nas idades haja alguma desigualdade, era o Principe Nosso Senhor robusto, e mostrava que brevemente poderia casar. Respondi-lhe, como alheio da materia, que para poder fazer d'ella caso para a referir a S. M., convinha saber se o marquês tinha commissão para falar nesta materia, ou se fa-

rir então perpetuamente o ducado de Bragança, título, jurisdições e propriedades, aos herdeiros da corôa, começando

lava nela de si e por conversação; que se o embaixador lhe tornasse a falar nisto o procurasse entender d'elle e me avisasse. Passados doze dias do, em que isto me disse, me tornou a falar o consul e me disse que, perguntando o referido ao embaixador, elle respondera que nenhuma commissão tinha para este negocio, e que falava só nelle por lhe parecer util para ambas as corôas, e que por esta razão entendia que, se se tratasse, se poderia effectuar, e elle marquês se offerecia a fazer de sua parte todas as diligencias, e que só o duque de Orléans lhe encommendara, quando viera para este reino, o avisasse da idade, saude, inclinações e partes do principe Nosso Senhor. A esta resposta lhe disse eu que, supposta ella, não me atrevia a falar a S. M. na materia, emquanto o marquês não falasse nella, como embaixador ou da parte do duque. Tornou o consul a buscar-me, e pediu-me da parte do embaixador hora e logar, para falarmos em segredo sobre uma materia de importancia, que eu entendi era esta, e, sem esperar assignação do dia, se foi buscar o Visconde, e lhe falou na materia pelo mesmo termo porque o consul me havia falado; e dando-me o visconde conta do que se passara com o embaixador, lhe respondi que, em quanto o embaixador se não declarasse mais, me não atrevia a falar a S. M., na materia. Tinha eu porem referido tudo a S. M., e S. M. me tinha ordenado o concurso a V. S., para que, conforme a isso, pudesse V. S. esforçar as diligencias, que S. M. ordenou a V. S. fizesse sobre este particular, tendo por certo as saberia V. S. fazer differentemente do que as ha de fazer este ministro da corôa da França, de cuja prudencia e pontualidade fia S. M. muito menos que da pessoa de V. S. para negocio tão importante. Tornou o embaixador a apertar com o visconde outra e mais vezes. até que S. M. me deu licença para dizer ao visconde respondesse ao marquês que lhe havia communicado a materia, e que S. M. reconhecia quão bem lhe estava, assim pelas razões de affeição como pelas de conveniencia, emparentar com Franca, mas que a idade do Principe Nosso Senhor, e outras razões igualmente ponderosas impediam tratar de tal materia, em quanto lhe não constasse da vontade da Rainha e ministros de França; se ella fosse a que o marquês entendia, trataria do casamento com a applicação e attenção que convinha. Tornou o marquês a instar, sem embargo de resposta; e, segundo o que se pode

em D. Teodosio (Decreto de 23 de outubro de 1645), o que bem podia ser incentivo para o duque de Orléans. Aos que se propunham a intermediários, o soberano dava testemunhos de sua graça. Em dezembro premeia Rouillac com uma pensão de mil cruzados para o filho, ainda menor, a cobrar metade no bispado do Porto, metade no arcebispado de Braga <sup>1</sup>. Saint Pé é, por oferecimento próprio, mandado a Paris, em missão especial do governo português, solicitar o socorro de tropas e dinheiro, que o Conde de Vidigueira de muito tempo pedia sem êxito <sup>2</sup>.

colher do termo com que fala, parece que as conveniências por que mais deseja este casamento são as do seu interesse, a que é mais attento que a nenhuma das outras, respeito por onde pode ser que seja o dizer elle que, para melhor se encaminhar o negocio convinha mais ser perguntado por elle e encaminhado por outrem, e que o que poderia fazer desde logo seria escrever á marquêsa sua mulher, que diz tem grandes entradas de confiança com a duquêsa, o quanto lhe convinha este casamento, procurando inclina-la e afeiçoá-la a elle o mais que lhe fosse possível, e crê, segundo afirma, que o conseguiria; e ou porque entendeu que, se S. M. lançasse mão d'este negocio o quererá tratar por outrem, ou porque verdadeiramente lhe parece que o trataria V. S. melhor, aponta que se escrevesse a V. S. sobre elle, e que a seu tempo entraria a dizer e fazer tudo quanto conviesse. Com esta sua resposta se poz por ora termo a este seu tratado, de que S. M. me manda fazer aviso a V. S. para que, conforme ao que V. S. ahi entender e achar, falando no negocio, o possa proseguir, advertindo que, não havendo de novo razões para outro aviso, parece que convem caminhar sempre pelo Cardeal. Deus guarde a V. S. muitos annos. De Lisboa a 29 de Agosto de 645. (Bibl. Nac. de Lisboa. Cod. 7:162, fls. 682).

<sup>1</sup> Decreto de 5 de dezembro de 1645, no Cod. 7:162, da Bibl. Nac. de Lisboa, fls. 728.

<sup>2</sup> Extracto do despacho de 12 de novembro de 1645 para o conde da Vidigueira: «E assim, este socorro (de dinheiro), como o de infantaria e cavalaria, foi proposto por nossa parte nessa côrte algumas vezes, e de nenhuma o pudestes conseguir; porém agora que tem crescido os apertos me resolvi enviar só a este negocio o consul, porque de seu juizo, que é muito bom, e da afeiçãõ que tem ao meu

Já se vê que o não fazia sem paga. Propunha-se êle a tratar do casamento, ao que que o rei, mantendo-se na reserva não anuiu <sup>1</sup>; expedindo todavia, na mesma occasião, instruções em cifra ao embaixador para insistir nas dili-

serviço, creio ajudará este negocio com todas as véras, e como franquez, e pessoa de quem a corôa de França faz, e fez, a confiança que d'elle entenderéis, será mui bom companheiro neste requerimento, sobre o qual mando escrever à Rainha Regente e ao Cardeal Mazarrini; e tendo respeito ao que aqui se voz diz, e ao que tambem se vos escreve em outra carta de cifra d'esta mesma data, proseguireis este negocio, ou com o intento d'aquella carta de cifra, (*sobre o casamento*), de que primeiro tratareis, ou, quando vos pareça impossivel de conseguir, com os motivos desta carta, e mais razões do papel do consul» (Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 7:162, fls. 705). A esta carta acompanha uma proposição, da letra do consul para ir alguém expôr as conveniencias da aliança com Portugal. Entre as demais cousas sugere: «Propôr a S. M. Christianissima de juntar uma esquadra de doze navios bem armados, em o fim de maio do anno que vem, de 646, neste rio de Lisboa, com a armada de Portugal, para correr a costa todo o verão desde o cabo de S. Vicente até o estreito de Gibraltar, para impedir a armada de Castella de sair de Cadiz, e esperar a frota de Nova Espanha e os galeões de Prata», (Idem, fls. 708).

Quanto ao socorro militar Saint-Pé entendia pedir mil e quinhentos cavalos e quatro mil homens de pé. A isto o rei opunha na carta contentarei com mil cavallos e tres mil infantes, porque tambem «Eu me considero que muitos francezes no reino tem seu perigo». E daí a pouco, em 3 de janeiro, recomenda que o contingente não passe de mil homens de cavalaria e dois mil de infantaria, os quais não hão de vir sem que haja no reino pessoa habilitada para lhes pagar os soldos por conta da França; e mais ainda que ficavão ás ordens do govêrno portuguez e de nenhum modo ás do embaixador ou de qualquer outra pessoa. (Cod. cit., fls. 746).

<sup>1</sup> «Para isto — diz a nota do consul — seria bom ter uma carta de cumprimento para S. A. Real (o duque de Orléans), afim de ter entrada para o ver mais vezes, e sentir seu intento de longe ácerca da aliança de Mademoiselle». Á margem encontra-se a nota seguinte: *Não ha que tratar d'isto.* (Cod. e loc. cit.).

gencias. «Agora é forçoso apertar mais este negócio», diziam elas, o que se explica, já pelo apuro das circunstâncias, já por estimular o zêlo, porventura tívio, do embaixador. Nesta época, o que mais a êle o preocupava, era a volta a Lisboa, para o que solicitára licença em Agosto, que lhe foi concedida em Outubro, a valer na próxima primavera; mas tanto não lhe consentiu a impaciência esperar, e em 7 de Fevereiro, antes de Saint Pé chegar, deixou Paris, a embaixada e o negócio do casamento.

Entretanto os sucessos do Brazil levavam o govêrno de Lisboa a pensar que a Holanda preferisse um acordo, materialmente vantajoso, aos agravos de uma longa campanha contra os rebeldes. Negócios com uma república de negociantes, e em que ia principalmente o interêsse de uma companhia de comércio, comercialmente poderiam ser tratados; e além disso havia a experiência de que os mais altos funcionários, e os próprios Estados <sup>1</sup>, comércio faziam com seus votos. O acôrdo a propôr consistia em resgatar a dinheiro os territórios de que os holandeses se haviam apossado. O alvitre tinha-o sugerido Gaspâr Dias Ferreira, antigo morador de Pernambuco, suspeito de cristão novo, e grande privado do príncipe João Mauricio de Nassau, com quem passou à Holanda, quando êste, demitindo-se do govêrno da colônia, regressou à Europa. Talvez a familiaridade dêle com o príncipe, desse aso a supôr-se que a ideia do acôrdo viria da Companhia ou dos próprios Estados. Em todo o caso a opinião de homem tão versado, como êste devia ser, no assunto, não convinha desprezar-se, e desde logo o embaixador Francisco de Sousa Coutinho apresentou em Haia a proposta, sem todavia

---

<sup>1</sup> Designação dos representantes das províncias na Assembleia governativa.

encontrar o acolhimento previsto. Então se decidiu insistir na iniciativa, desta vez porêem com o apoio da França, e, para dar mais pêso às instâncias, pareceu avisado mandar um emissário, que de viva voz em Haia e Paris, completasse por informação verbal os despachos, instigasse à actividade, e, se preciso fosse, participasse nas negociações.

Ninguém mais à altura da incumbencia do que António Vieira, já então conhecido por atilado político. Activo, sagaz, disputador, eloquente, ousado, apto pelas subtilezas da discussão teológica, em que era mestre, para as finuras da diplomacia, conhecedor dos negócios e dos homens, aqueles pela prática dos conselhos, êstes pela do confessorário, possuia, além disso, a confiança ilimitada do soberano, que o estimava, e o respeito dos cortesãos, que o temiam, circunstância feliz que o habilitava a tomar decisões, ante as quais outros, menos seguros do seu prestígio, haveriam de hesitar. Todas estas razões o apontavam à escolha, por todas elas, e mais pela ambição da evidência, que em todo tempo o pungiu, a António Vieira a aceitou.

No desempenho, pois, desta grave missão, saiu de Lisboa a 1 de fevereiro de 1646, acompanhado de outro religioso da sua ordem, consoante a regra, o qual foi o padre António de Melo, e de um rapaz, de nome Manuel Ferreira para os trabalhos da escrita, ficando êsse depois em Paris ao serviço da embaixada <sup>1</sup>. Em outro navio, pronto a dar à vela para Ruão, ficava o consul Saint-Pé, cuja viagem saiu mais demorada. Chegados a 20 a Paris

---

<sup>1</sup> «Um moço português de mui boa posição, natural de Belem, que os padre traziam e me largaram, e já me ajuda muito a escrever». Carta de António Moniz de Carvalho ao conde da Vidigueira de 23 de Fevereiro de 1646. Bibl. de Évora. Cod. <sup>cvi</sup><sub>29</sub>.



foram os padres alojar-se ao noviciado da Companhia. A 23 Vieira apresenta-se ao residente António Moniz de Carvalho, encarregado de negócios, na ausência do conde da Vidigueira, que partira, como sabemos, a 7; entrega as cartas, descreve a situação no reino, discute os meios empregados, dá conta das suas esperanças e receios: é mister a todo o transe impedir a guerra com a Holanda, e dilatar a trégua ou alcançar a paz definitiva. António Moniz de Carvalho relata para Nantes ao embaixador a chegada do emissário:

... «Agofa lhe conto a V. E. uma historia, e é que quinta feira passada, 23 do presente me achei nesta casa com o Rev. Padre António Vieira da Companhia de Jesus, e um seu companheiro, vindos de Portugal em vinte dias, que partiram no primeiro d'este mês em um navio, que chegou a Arrochela, junto ao qual ficava já embarcado para Ruão Mons. de Sam Pé, e cuidavam que já fosse chegado, Apresentou-me o Rev. Padre Antonio Vieira duas cartas de S. M. que vinham para V. E. a que mas queria remetter fechadas, mas fez-me instancias que as abrisse, para que logo se fosse tratar do negocio a que vinha, accrescentando que, dizendo elle em Lisboa a S. M. e ao Secretario de Estado, que V. E. não estaria em esta côrte, pelas noticias que soubera da senhora condessa Mãe, lhe responderam que ainda aqui havia de achar a V. E., e que quando o não achassem me achariam a mim com quem tratariam este negocio. Abria-as então, e a V. E. remetto com esta as mesmas originaes, de que me ficam copias, e pode V. E. servir-se de tornar-m'as. quando lhe pareça que é necessario mostrar-se o original, em que fala de Antonio Telles. Emfim de uma e outra verá V. E. a substancia d'este negocio, assim quanto á compra de que se trata, como tambem emquanto ao embaixador que se pretende, pois em tudo isto tinha V. E. já trabalhado».

Aqui se vê pois que, acatado como era em Lisboa o voto do conde da Vidigueira, ou conde almirante, como o designavam mais vezes, aos seus esforços não correspondia o successo buscado, e se julgou preciso mandar negociador mais diligente ou persuasivo. A carta que diz respeito a

António Teles da Silva falta na colecção; a outra, sobre a mediação da França, é do seguinte teor:

Rei ao Conde da Vidigueira <sup>1</sup>

Conde Almirante, Embaixador, Amigo. Eu El-rei vos envio muito saudar como aquelle que amo. Passaram tanto adiante as inquietações de Pernambuco, como entenderéis dos avisos, cartas e papeis, que se recebem do Brazil e se vos tem remettido por diferentes vias, e mais por menor do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, que envio a Hollanda informar, assistir e ajudar Francisco de Sousa Coutinho, nos requerimentos que sobre estes particulares ha de ter com os Estados; e concorrem neste religioso tantas partes e tantas noticias do Estado do Brazil em que nasceu e se criou <sup>2</sup>, e tanto amor e zelo de meu serviço, que tenho por certo d'elle será mui bom companheiro a Francisco de Sousa; mas conforme aos avisos que tenho de Holanda, e ás noticias que me chegaram por outras vias, tem-se aqui por muito difficuloso quietar o Estados e segura-los, de que por minha parte nem pela de meus ministros se obrou coisa alguma em quebrantamento da tregua, e como ainda com menos occasião desejem muitos dos Estados tomar motivo para a quebrar, será necessario ajudar de algum poder grande a conveniencia que mando offerecer aos Estados e Companhia, na somma de dinheiro que sabeis <sup>3</sup>, para que, largando me o que possuem no Brazil, possamos celebrar uma paz perpetua livre de desconfiança de uma e outra parte. Com este intento mandei a Antonio Vieira fazer jornada por essa côrte, para que instando vós da minha parte á Rainha Christianissima, Cardeal e mais ministros d'essa corôa, possaes alcançar d'ella enviar a Holanda uma pessoa que seria medianoeiro entre mim e os Estados, que é o que já em outra occasião menos apertada vos mandei encommendar. Pelo que logo que receberdes esta carta proporeis e segureis (*sic*) este requerimento com todo o maior calor que vos fôr possivel, e alcançando bom despacho trata-

<sup>1</sup> Bibl. Nacional de Lisboa, Cod. 7:162, fls. 750.

<sup>2</sup> Evidentemente engano. António Vieira nasceu, como se sabe, em Lisboa, na rua dos Cónegos junto à Sé, em cuja freguesia foi baptisado.

<sup>3</sup> Três milhões de cruzados, consoante a indicação de Gaspar Dias Ferreira.

reis de que a pessoa que houver de ir vá acompanhada d'este religioso, pelo muito que convirá introduzir-se pelo caminho em seu trato e amizade. E quando exgotados todos os meios que humanamente puderdes tentar não consigaes este intento procurarais que elle leve carta de El-rei para os Estados, e tão apertadas ordens para o Residente que ali tem, que se possa obrar alguma cousa em utilidade d'este reino, tão interessado em não chegar a romper guerra com a Hollanda, como sabeis. E, se para França mandar pessoa fôr necessario offerecer alguma cousa da minha parte, o fareis. Se Antonio Vieira tiver necessidade de algum dinheiro alem do para que leva credito lho fareis dar no melhor modo que puderdes. Escripta em Lisboa a 18 de janeiro de 1646. *Rey.*

O malogro das tentativas anteriores impunha septicismo ao residente, quanto ao que havia de esperar-se do novo emissário, e neste sentido escrevia ao conde :

... «Tenho cá visto o que V. E. tem obrado, e as difficuldades que ha; e as esperanças que pode haver são bem poucas no tocante ao mercado, estando já o soccorro da Hollanda em prompto, com as despesas feitas, e o Recife sustentado sem poderem os portuguezes toma-lo; e no caso que toca a ir o embaixador sabe V. E. o que pode esperar-se. Comtudo hei de falar ao Cardeal em modo de disposição e de sondar seu animo para estes requerimentos, e empenha-lo sem que se empenhe a autoridade de S. M.»<sup>1</sup>.

Na carta seguinte, de 28 de fevereiro, António Moniz de Carvalho dá conta do que passou com Vieira :

... «O cardeal Mazarini esteve fora, e hoje encerrado de modo que não houve falar-lhe pessoa alguma, sem embargo de que lá fui com o padre Antonio Viera, e o abbade Obri (Aubri?) ficou de que faria amanhã um esforço, para eu falar sem falta e ter audiencia do Cardeal... Com o padre Vieira me vejo todos os dias; vou ao collegio ou convento, ou elle vem aqui, e tudo é falarmos no reino, e não desejo então a V. E. porque não se entristeça de ouvir muitas cousas, que me não atrevo a avisar»<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Carta cit. de 25 de fevereiro de 1646.

<sup>2</sup> Bibl. de Évora. Cod.  $\frac{CVI}{29}$ , fls. 571.

Da mesma data há uma carta para o Rei :

Antonio Moniz de Carvalho ao Rei <sup>1</sup>

Senhor. — A esta côrte chegou o P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, e não achando nella ao Conde Almirante, embaixador de V. M., que então chegava ao porto de Nantes para tratar de sua embarcação, me apresentou as cartas e ordens que para elle trazia de V. M., a effeito de que em sua ausencia as abrisse, e se tratasse do negocio a que vinha, segundo se lhe havia ordenado.

Continham a demonstração que V. M. mandava fazer com Antonio Telles, governador da Bahia, para mais justificação da pureza com que V. M. observou sempre da sua parte a trégua e amizade com os Estados Unidos, e ordenava V. M. que para effeito da composição que Francisco de Sousa Coutinho, embaixador de V. M. havia de tratar com os Estados, procurasse aqui da Rainha, Cardeal e ministro que quizessem mandar pessoa que fosse mediadora de tudo, para uma paz perpetua e segura, e que, no caso que se não pudesse vencer o mandarem pessoa, mandassem apertadas ordens ao residente que tem na Haya, e carta aos Estados para virem nesta negociação.

Para execução d'estas ordens de V. M., e maior clareza dos expedientes que poderiam achar-se, pratiquei com o P. Antonio Vieira todas as noticias que até ao presente tinha d'estes negocios e o que d'elles se podia esperar. Pudera ter logo com toda a brevidade audiencia do conde de Briana e de outros ministros, para o requerimento que V. M. ordena, mas como era sempre conveniente tratar tudo com o Cardeal Mazarini lhe pedi audiencia pelo seu mestre de camara, Bispo eleito de S.<sup>t</sup> Flor (S.<sup>t</sup> Flour), o qual me mandou dizer que para amanhã trataria que eu a tivesse, sem embargo das muitas occupações com que ao presente estava o cardeal, e em lhe falando avisarei S. M. de tudo o que d'elle alcançar, mandando copiar do papel que lhe offerecer, e da conferencia que houver, e d'ali seguirei as diligencias com o conde de Briana, e as instancias que forem necessarias para mais brevidade e effeito. Ao conde Almirante avisei logo e lhe irei dando conta de tudo, para que em quanto não partir para esse reino do logar onde está me vá valendo

<sup>1</sup> Bib. de Évora. Cod.  $\frac{CVI}{27}$ , fls. 576.

de sua prudência. Ao embaixador de V. M. Francisco de Sousa Coutinho remetti as contas que V. M. lhe mandava, com outra do P. Antonio Vieira, pedindo-lhe me avisasse de tudo o que lhe parecesse que convinha dizer nesta côrte, e o que aqui podia contribuir para melhor effeito das ordens de V. M., e com o P. Antonio Vieira fico em mui conforme e mui unida intelligencia, respeitando muito nelle as discrição e zelo que mostra em serviço de V. M., e elle irá dando conta de sua parte como se tratar o negocio com o Cardeal

.....  
A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus, como a christandade ha mister. Paris a 28 de feveiro de 1646. *Antonio Moniz de Carvalho.*

Antonio Vieira pensára encontrar ainda o conde almirante em Paris, mas em Orléans tinham-lhe dito os religiosos da sua Ordem que passára oito dias antes por lá, a caminho do porto de embarque. Na verdade, resolvida a viagem, o padre sugeriu se mandassem ordens para que êle o esperasse, mas interveio a condessa, mãe do embaixador, anciosa de abraça-lo, e o rei nada fez. Favor do príncipe e carinho materno excusados, porque o viajante ficou detido até 13 de junho, data em que saiu da Rochela a armada francesa, em que foi passageiro. Também o tempo contrário reteve alguns dias o barco, em que ía Vieira, «brulote de cem toneladas», lhe chama, quási um esquife, mal seguro para as costas do Atlântico e mares da Biscaia, em meses de inverno.

Desencontrado do Conde, que ainda propoz partirem o caminho a metade, indo falar-se a Orléans, o que pelo apressuramento de Vieira se não pode effectuar, escreveu-lhe êste, em um dos primeiros dias após a chegada, a 25 de Janeiro. Na carta, que é uma das impressas, fala dos sucessos do Brazil, «menos felizes do que se prometeram», e quanto ao resgate de Pernambuco a dinheiro, as notícias que já teve fazem-lhe prever o malogro: «Parece que não está capaz a Hollanda de se reduzir a êste modo de conveniência, segundo o que de lá se avisa». Em outra

carta, daí a dias, em 11 de março, exprime o seu parecer sôbre a necessidade de se tratar a paz com os Estados, «a qual está nos termos que V. E. vê, porque a alguns valentões de Portugal lhes pareceu, que eram poucos para inimigos os castelhanos». Ao que acrescenta: «Eu estava em uma cama sangrado dezaseis vezes, quando do Brazil me vieram as primeiras noticias do que se queria intentar, e porque o impedimento me não permitia falar a S. M., e dizer-lhe pessoalmente o que entendia naquella materia, como quem tantos annos havia estado no Brazil e sabia o que lá se pode, pedi a um prelado muito confidente de S. M. lhe quizesse representar da minha parte o perigo e difficuldade d'esta empresa, e que era impossivel render-se a principal força, por mais que os de lá, enganados do desejo da liberdade, o promettessem». Convem insistir nestas opiniões de Vieira, para bem perceber a sua attitude, tão malsinada, no que toca às negociações com a Holanda. O parecer dêle era também o do conde da Vidigueira, do embaixador em Haia Francisco de Sousa Coutinho, de todos os que na côrte de D. João IV representavam a opinião ponderada e de tino, cuja inanidade os factos demonstraram. Acertou contra a razão fria, como tantas vezes, o patriotismo exaltado.

O almirante responde a 3 de março à primeira carta do jesuita :

#### Conde Almirante a António Vieira <sup>1</sup>

Por um creado que haverá doze dias enviei a essa côrte mandei segurar a V. P. o grande sentimento com que me achava, considerando-me em França sem poder ver a V. P. estando V. P. no mesmo reino, e confesso a V. P. que é grandissima a inveja com que estou

---

<sup>1</sup> Bibl. de Évora. Cod.  $\frac{CVI}{24}$ , fls. 358.

ao residente Antonio Moniz, pois no meio de suas maiores occupa-  
ções tem o alívio de haver de lograr a V. P. : ora já que me falta este  
alívio, não me falte V. P. com me dar occasião de seu serviço, a que  
acudirei muito por gosto e mui por obrigação, pois me o ordena assim  
minha mãe. Desde o primeiro dia que neste reino começaram a  
correr as novas dos alvoroços do Brazil comecei a andar com tremo-  
res, porque sempre tive para mim que os successos haviam de ser  
os que imos experimentando; e me lembra que eu numa carta disse  
ao secretario Pedro Vieira que perdoasse Deus a quem metterá  
S. M. em uma tal inquietação, e o residente será testemunha dos  
receios com que sempre me viu nesta materia. O passado está feito,  
ainda que muito mal feito, e o que convem é buscarmos algum ca-  
minho para aquietarmos em parte a tormenta que se vai levantando.  
O residente terá mui particularmente dado noticia a V. P. de tudo  
o que temos obrado no particular dos negocios de Hollanda, de que  
alcançará V. P. que o nosso intento foi sempre em cessarem as hos-  
tilidades, e que el-rei de França fosse mediador e mandasse um  
embaixador á Hollanda; e conforme ao estado em que esses reque-  
rimentos hoje estão, e o que fôr avisando o embaixador Francisco  
de Sousa, assentará V. P. com o residente as diligencias que se de-  
vem proseguir.

O meio da compra, que S. M. aponta, entendo aprazará hoje o ne-  
gocio mais do que o poderá adiantar, e se o meu voto fôra ouvido  
dissera que por meio de el-rei de França propuzessemos tratar da  
paz perpetua, e, quando se deitara mão d'isso e vieramos a propo-  
sições, pudera ser uma d'ellas a da compra; e já estimo mais o pa-  
recer de que sou, e razão de ser conveniente tratar-se da paz, pois  
tenho a V. P. por companheiro. O residente me avisa ficava fazendo  
um papel largo sobre esta materia, e como conheço que todos os  
que faz são muito para nos conformarmos com elles, não quero tra-  
tar por ora mais d'este particular; mas lembro-me que ha muitos  
meses escrevi a S. M. muito apertadamente, sobre convir tratar da  
paz com Hollanda de cuja carta não tive resposta, como me succe-  
dia ás mais que escrevia, que o tratar de fazer juizes de fora, e dar  
por administração as fazendas dos ausentes, e deferir aos justos re-  
querimentos do padre Escoto, eram negocios para que se necessi-  
tava de muito tempo, e os negocios de França, Munster e Hollanda,  
em comparação de outros, são de pouquissima consideração; e se  
estiveramos mais perto lêra a V. P. algumas para V. P. julgar se  
eram do serviço de S. M., e assim que, vendo-me em Portugal, não  
sei se me poderei ter que não fale.

S. M. me diz que, tendo V. P. necessidade de dinheiro, lh'o dê,

assim V. P. me avisará se lhe é necessario para lh'o mandar logo, e ainda sem esta ordem de S. M. o fizera.

Com razão me gaba V. P. o Residente Antonio Moniz, e cada dia V. P. irá conhecendo nelle mais razões para o estimar.

Muito estimo dizer-me V. P. que se caminhava nas côrtes<sup>1</sup> felizmente, porque me escreviam que havia muita desunião e menos ordem. D'esta faltar me espanto, e não da desunião, por ser cousa mui ordinaria em nossa nação, a qual V. P. achará pouco acreditada por essas partes. E das faltas que hei commettido peço a V. P. me faça V. P. tirar exacta devassa para mandar a S. M., porque estimarei ser julgado pela informação que V. P. der<sup>2</sup>.

Em todos os navios me escrevia minha mãe, que me mandaria sermões de V. P. e a troco disso pedia o que queria<sup>3</sup>, mas os sermões não chegavam: se V. P. tem consigo algum de mais dos que tenho, de que mando rol, faça-me V. P. a mercê de partir commigo, porque, já que os não ouvi a V. P. ha quatro annos, ao menos os possa ler. E juntamente peço a V. P. particulares novas do principio que Deus guarde: se tratam de lhe dar casa, e se teremos esta campanha mais cuidado das fronteiras do que houve a passada, e se se fala em armada naval. Guarde Deus a V. P. como pede. Nantes, 3 de março de 1646.

A esta carta responde António Vieira com a de 11 de março, que se acha também entre as impressas, ao todo

---

<sup>1</sup> Convocadas em dezembro de 1645, que votaram dois milhões, cento e cincoenta mil cruzados para as despesas da guerra, por meio de imposto, de que ficava excluido o pão, vinho, carne, azeite, calçado e panos baixos, para não sobrecarregar as classes pobres, e com aclaração de que se não faria, em tempo algum, concerto para eximir d'elle as ordens religiosas. Nas mesmas côrtes foi proclamada padroeira do reino, Nossa Senhora da Conceição.

<sup>2</sup> A êste trecho corresponde o seguinte, da carta de Vieira de 11 de março, que sem o conhecimento d'elle difficilmente se entenderia: «Na devassa em que V. E. me fala tenho já tirado por testemunhas a toda a França, que por toda ella não ouvi falar mais que nos grandes delictos daquella pessoa que S. M. saberá, referidos não como elles merecem, mas por bôca de quem S. M. cuida que lhe ha de falar verdade», e que era ele Vieira.

<sup>3</sup> Note-se a delicadeza de cumprimento.



três, relativas a esta jornada e que, com três inéditos, são tudo o que resta conhecido, do muito que para a intervenção do famoso jesuita nos meneios políticos da ocasião importaria saber.

António Vieira tinha outra vez escrito ao Conde em 4. É a carta que erradamente anda entre as impressas como de 4 de fevereiro. Responde à que lhe mandara o Conde em mão própria à chegada, como da carta dêle sabemos. Aí se encontra o célebre retrato do príncipe D. Teodósio, de que a história se apossou, para traçar o perfil dêsse adolescente visionário, que para a política se preparava, estudando o modo de se reger, como outros contemporâneos, pelo ditame dos astros. «Não vi engenho em muito maior idade que tanto me admirasse — são as palavras de Vieira —: lê e entende o latim perfeitamente, argumenta nas questões da philosophia e política com grande juízo; na astrologia judiciaria é tão inteligente que compoz o prognostico d'este anno com notavel disposição, estudo e propriedade». Este fenix não tinha doze anos completos. Podem completar a pintura os seguintes traços, da mão de Saint Pé, no relatorio do que se podia fazer para inculcar ao duque de Orléans as vantagens do casamento: «Já é tão crescido que parece ser de quinze anos, faz exercício das armas, começa a montar a cavallo, e muitas vezes vai à caça, mostrando inclinação às cousas heroicas e dignas de um grande príncipe»<sup>1</sup>. Tal era o noivo oferecido à *grande Mademoiselle*.

Desta ocasião data a entrada do neto do Prior do Crato, D. Luís de Portugal para o serviço de D. João IV, serviço de pouca dura, e em que na realidade jamais passou dos mesteres baixos e inconfessáveis, de quasi nenhum modo compatíveis com o que de um Orange e descendente de reis poderosos fôra de esperar. Se bem que desde a restaura-

<sup>1</sup> Cod. 7:162 da Bibl. Nac. de Lisboa. Loc. cit.

ção, pedinte incansável, se propuzesse aos socorros pecuniários do Bragança, rebelado contra o soberano que êle próprio, D. Luís, em 1638 publicamente reconhecera, havia dúvidas, que aliás o tempo justificou, da sinceridade de sua adesão. Partindo para Lisboa, o conde almirante levava dêle súplicas que prometera apoiar perante D. João IV <sup>1</sup>. Da carta de Vieira, de que tratamos, colige-se que a António Moniz de Carvalho pertence a ideia de o chamar ao serviço da monarquia restaurada. «Elle (António Moniz) entendo representa a V. E. um sonho que teve sobre D. Luiz de Portugal ir á Hollanda, que a mim me parece bem, quanto pode julgar quem não tem mais juizo da pessoa que ouvi-lo falar em uma conversação breve; pareceu-me entendido e afeiçoado ás nossas cousas.» Tivesse êle inteligência e carácter, o que não era o caso, a aquisição seria excelente. Filho de Emília de Nassau, por conseguinte neto de Guilherme o Taciturno, e sobrinho do *stathouder* Mauricio, pelo parentesco podia servir muito os interesses de Portugal. Francisco de Sousa Coutinho empregou-o em incumbências das que se costumam dar aos secundários agentes, quási espiões, e daí não passou. Mesmo quando esteve nomeado plenipotenciário ao Congresso de Munster, nunca os outros comissários portugueses, e com razão, lhe confiaram cousa alguma das negociações em curso nem lá tão pouco o quizeram. Tem graça empenhar-se António Moniz de Carvalho para que o govêrno francêz instigasse D. Luís a aceitar o serviço de Portugal, o que a êle lhe cumulava a mais ambiciosa das expectativas, e de vez parecia liberta-lo das dívidas e eterna penúria. Até o arguto Vieira temia que a França, invejosa e por utilidade política, embaraçasse a conquista de tal adepto. «E segundo

---

<sup>1</sup> Cf. a carta publicada por Camilo Castelo Branco. *D. Luiz de Portugal neto do prior de Crato* (1883) pág. 74.

o pouco que França se quer mostrar parcial nas nossas cousas com os hollandeses, tambem duvido se queira empenhar por ellas com D. Luís, que é quermos que vença duas difficuldades quem experimentamos fraca para uma». Já o padre o julgava arbitro das decisões dos Estados! António Moniz referia desvanecido ao Conde o encontro de D. Luís com Vieira: «Tiveram grande conversação e elle *tudo el-rei meu senhor* e grandes louvores a V. E.»<sup>1</sup>. Estava a conquista feita, e breve o encontraremos em Haia.

A carta seguinte de Vieira é a em que já falámos de 11 de Março. Sôbre o estado de espirito em que ia para Hollanda, merece menção o que, além do já citado, dizia: «Quando o Brazil se nos desse de graça era materia de muita ponderação ver se nos convinha acceita-lo com os encargos da guerra com a Hollanda». Renuncia de vantagens, ofertas, desculpas, uma capitulação em forma, — e para isso se pedia o apoio da França; — era o que o emissário de D. João IV tinha por encargo oferecer. Por enquanto, indemnização pecuniária; dai, quando mais tenebroso foi na Europa o cariz do céu, a renuncia completa: abandono do reconquistado, e do que se estava a ponto de reconquistar.

Vieira demorou-se em Paris até à Páscoa. Visitava frequentes vezes a casa do residente. Ali, como sabemos, com a intemperança de lingua habitual e feitio discursador, na palestra, com outros portuguezes, versava os negócios pbúlicos, e não lhe permitia o ânimo insofrido mostrar-se caritativo com os émulos, que na côrte lhe encontravam os projectos. Entre êstes, o de se concederem franquias aos judeus e favores aos cristãos novos, que já desde 1643, porventura de antes, o preocupava, expunha-o

---

<sup>1</sup> Carta de 28 de fevereiro de 1645. Bibl. de Evora, Cod.  $\frac{CVI}{29}$ .

lá abertamente. Arguia que, havendo em Roma judeus públicos e sinagoga, não era de razão que em Lisboa se não consentissem; e sobretudo era preciso acabar com o segredo das testemunhas nos processos da Inquisição. Não se achava então presente o consul Manuel Fernandes Vila Real que, judeu êle próprio, o ouviria com agrado; — tinha ido a Nantes, acompanhar o Almirante; mas escutava-o frei António de Supra, capelão da embaixada e qualificador do Santo Officio que, regressando a Portugal teve por um de seus primeiros cuidados ir delatar tais ditos aos inquisidores de Coimbra<sup>1</sup>. Este mesmo frade foi depois testemunha que muito empuxou ao Vila Real para o garrote e fogueira. As mesmas conversações tinha havido em jornada, na carruagem, e o escrevente Manuel Ferreira foi também denuncia-las, quando em 1665 soube da prisão de Vieira no Santo Officio.

A guerra com Castela discutia-se igualmente, e com surpresa dos ouvintes se mostrava o confessor régio totalmente desviado da primitiva opinião que manifestara, pedindo agora a brados a ofensiva, quando antes insistia que a fraqueza do reino lhe não permitia outra guerra que a defensiva. António Moniz de Carvalho, habitualmente maligno, consigna a mudança na correspondência para o conde: «O padre António Vieira está tão fora do papel seu que cá veio, que grita, chora e prêga, porque se não faz esforço, guerra offensiva e mais guerra, e eu digo-lhe que V. S. o prégava ainda melhor»<sup>2</sup>. O escrito devia ser o que se acha entre os impressos, como carta ao secretário de Estado, sem outra data que o ano de 1644.

---

<sup>1</sup> Em 22 de Outubro de 1649. Arquivo Nacional. Caderno 45 do Promotor da Inquisição. Devo esta indicação à benevolência do diligente investigador e distinto académico sr. Pedro de Azevedo.

<sup>2</sup> Carta de 28 de fevereiro de 1646, cit.

Em 28 de fevereiro Vieira escreve ao rei, annunciando a partida próxima, e comunicando o que havia feito. Falta por emquanto a carta da Rochella, à chegada, a que alude na seguinte :

António Vieira ao rei <sup>1</sup>

(INÉDITA)

Senhor. — Da Rochella dei conta a V. M. da minha chegada áquelle porto e da occasião d'ella. Chegando a esta côrte de Paris (que tudo fiz em vinte dias) avisei tambem a V. M. de como em ausencia do Conde Almirante, que já estava em Nantes, entreguei as cartas de V. M., conforme a ordem que trazia, ao Residente Antonio Moniz de Carvalho, e como esperava do zelo que nelle havia, e intelligencia dos negocios, encaminharia este com todo o acerto e cuidado, como tem feito; porque, na audiencia que tive do Cardeal, que nesta côrte são muito difficultosas, além de outras materias de muita importancia, pertencentes a outras embaixadas, no que toca ao negocio de Holanda alcançou a resolução, que nas circumstancias presentes parece se podia desejar, posto que com alguma differença do que se pedia. Porque, se de França se mandara pessoa, e não falando nos menores gastos nem na menor autoridade que se segue da multiplicação da embaixada, é força que os effeitos desta padecessem a dilação, que costumam ter as jornadas dos embaixadores, com que o negocio se poria tanto em peór estado, quanto maiores fossem os empenhos, que os hollandezes tivessem mandado ao Brazil, e mais certas as novas da conservação do Recife, cuja duvida é o que mais facilmente se pode trazer aos meios da conveniencia. E em logar d'esta pessoa que se pedia se promettem ordens apertadissimas para M. Brasset, residente de França em Holanda, e para M. de la Thuillerie <sup>2</sup>, que estará lá em principios de abril, recolhendo-se da Suecia, onde foi compôr as pazes entre aquelle reino e o de Dinamarca, pessoas ambas de grande intelli-

---

<sup>1</sup> Bibl. de Évora, Cod.  $\frac{CVI}{27}$ .

<sup>2</sup> Gaspar Coignet de la Thuillerie, mediador por parte da França, no congresso do Broemsebro, e embaixador em Haia,

gencia e affeição á corôa de Portugal, em que o serviço de V. M. se espera fique muito melhorado; e eu fico aguardando que estas cartas se despachem, do que já tem ordem o secretario de estado, e as promete dar com brevidade, e com a mesma me partirei a levallas, sem fazer mais detença que a que fôr necessaria em Ruão, por onde hei de passar a justar os creditos para Holanda, e dar escriptos autenticos para Lisboa, que este foi o modo e o logar a que se passaram, e como desembarquei em pôrto tão distante não se pôde fazer esta diligencia á vinda.

Isto é, Senhor, o que ao presente tenho de que avisar a V. M., e o faço tão succintamente porque d'este e dos mais negocios e noticias faz particular relação a V. M. o Residente Antonio Moniz, a quem julgo deve V. M. mandar agradecer o cuidado e acerto com que tem encaminhado este negocio, e continuo trabalho com que nesta côrte assiste aos das outras embaixadas, que verdadeiramente é um dos mais diligentes, zelosos e intelligentes ministros que tem o serviço de V. M.; e muito capaz de ocupar qualquer posto de confiança, como mais particularmente poderá informar a V. M. o Conde da Vidigueira, pois em tantos annos de experiencia e communicação tem maior conhecimento de suas partes. Com o Conde não pude falar, mas em todos os logares de França, por onde passei, achei delle boa opinião, e maior nesta côrte, e os mesmos francezes, que por relação dos que vem desse reino vivem menos contentes dos ministros de Portugal, dizem que o Conde o pudera lá ser com grande satisfação e credito, e eu me atrevo a dizer isto a V. M. pelo zelo que tenho de que o serviço de V. M. se faça com o applauso e acceitação dos naturaes e estrangeiros, e pelo sentimento com que conheço aqui, com maiores evidencias, que a causa das nossas cousas não estarem tão assentadas e seguras em França, como puderam e convinha, foi falta de industria e applicação nos ministros portuguezes, que no principio a trataram.

Depois de ter escripto esta se deram as cartas de el-rei Christianissimo para M. Brasset e M. de la Thuillerie, e em razão da brevidade e do perigo, que pode haver, na passagem de Calez para Zelanda, pareceu ao Residente e a mim que convinha mais irem pelo correio, e já vão partidas; e, porque estamos em dia de Semana Santa, eu me dilato até dia de Pascoa em que partirei, e farei toda a diligencia por chegar com a maior brevidade. Guarde Deus a V. M. como a christiandade e os vassallos de V. M. havemos mister. Paris e março 28 de 1646.

*Antonio Vieira.*

No domingo de Páscoa, abril 2, partiu Vieira com destino a Calais passando em Ruão, onde ia falar aos judeus portugueses, ali residentes, e receber d'elles os créditos sôbre Holanda. Créditos para quê? Necessariamente para lá lhe adiantarem os três milhões de cruzados, em que se avaliava a compra de Pernambuco, e o mais preciso para peitar altos funcionários e deputados na famosa república, que duas gerações antes havia assombrado o mundo com o seu fino patriotismo. Festejaram muito os hebreus ao visitante, e mais ainda as promessas que fazia de os restituir à pátria sem risco de pessoas ou fazendas, nem renúncia do credo em que se haviam declarado. Quanto aos créditos, não consta se foram de feito passados.

Embarcou Vieira em Calais a 12, chegou à capital de Halanda a 18 de Abril. Desta vez alojou-se na embaixada, e já sem o hábito da Companhia, não consentido entre hereges. Vestiu traje secular, cingiu a espada, e tanto à vontade se sentia na mudança, que à volta, em Lisboa, com escandalo público, dêsse modo se apresentou nas ruas. Capricho ou desafio, ninguém saberá nunca porquê. A passagem por mar fôra custosa, como se verifica da narrativa ao residente em Paris.

António Vieira a António Moniz de Carvalho <sup>1</sup>

(INÉDITA)

Senhor meu. Eserveo a V. M.<sup>cê</sup> da Haya, onde cheguei aos 18 do corrente, tendo escapado dos maiores perigos em que nunca me vi, porque atrevendo-me a passar de Calez a Zelanda em um barco sem comboi, defronte de Dunquerque estivemos tomados daquelles piratas, de cujas mãos nos livrou Deus quasi milagrosamente, fora da esperanza de todos os que vinham embarcados; e na mesma tra-

---

<sup>1</sup> Bibl. de Évora, Cod.  $\frac{CVI}{27}$ .

vessia foi tão rijo o vento que nós levou um homem ao mar, que não pudémos recolher.

De Flessinga a Dort, e de Dort a Rotterdam, viémos tambem por mar, e de ambas as viagens com tempestade, de que se perderam, na primeira tres, e na segunda dois barcos da mesma carreira. Assim foi Deus servido que chegássemos vivos a esta côrte, onde fico pousado em casa do sr. Embaixador, em cuja affabilidade e disposição acho tudo o que V. M.<sup>cê</sup> me tinha dito, com a differença que fazem as noticias intuitivas ás abstractivas. No secretario experimento o mesmo, e me parece companhia com que se podem passar os rigores de um tão frio desterro como este. Essa foi a maior pensão de Paris, estar nella em habito, que não foi possivel trocar a casa em que estavamos pela de V. M.<sup>cê</sup>, onde lograssemos mais tempo, que agora padecem nossas saudades.

Fico com saude, e mais animado nas esperanças d'este negocio do que lá o estava. Queira Nosso Senhor dar-lhe o fim que desejamos. V. M.<sup>cê</sup> me faça mercê mandar muitas novas, e ter-me em sua graça, que, se fôr com o logar que mereço, será o primeiro entre os amigos e servidores de V. M.<sup>cê</sup> Deus guarde a V. M.<sup>cê</sup> muitos annos como desejo. Haya e abril 21 de 646.

*Antonio Vieira.*

Dos hebreus de Ruão vinha tão cativo que logo à chegada se lhes dirige, renovando as promessas fagueiras da visita.

#### António Vieira aos judeus de Ruão <sup>1</sup>

(INÉDITA)

Senhores meus. Escrevo a todos V. M.<sup>cês</sup> no mesmo papel, porque não é justo faça divisões a penna onde não reconhece differença o coração. Foi tão igual e grande a mercê, que V. M.<sup>cês</sup> me fizeram, e tão igual o affecto que em todos experimentei, que, quando particularmente o considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas, porque a differença das palavras não argúa desigualdade na obrigação. Conforme este conhecimento me tem todos, e cada

<sup>1</sup> Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 656 do fundo antigo, fls. 207. Cópia.



um de V. M.cês, tão desejoso, como obrigado, a seu serviço, esperando e pedindo a V. M.cês me queiram occupar em tudo o que fôr delle, estando mui certos que, até onde chegar o pouco que possuo, mostrarão as obras a verdade deste meu animo.

O que mais tenho sentido é haverem sido tão poucos os dias que V. M.cês me communicaram, que se não poude manifestar nelles o affecto com que a todas V. M.cês amo, que se antes do conhecimento o fazia grande a razão e a indignação, depois que vi e tratei a V. M.cês, o faz já muito maior a obrigação e a dôr. Espero em Deus, que sempre nas grandes empresas se serviu de instrumentos fracos, a de querer ajudar nesta a pureza de meu zelo, e a grandeza do de V. M.cês, de que venho tão consolado como magoado. S. M. saberá muito cedo por cartas quão leaes vassallos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e, se Deus me leva a seus reaes pés, eu prometto a V. M.cês que fique muito mais confirmado no bom animo com que o deixei, porque até agora o persuadia com argumentos do discurso, e daqui por diante o poderei fazer com experiencias da vista.

As coisas grandes não se acabam de repente; hão mister de tempo e todas tem seu tempo. O desta parece que é chegado, porque vejo concorrerem para ella todas as influencias, de que não digo mais, porque isto é papel.

A minha jornada foi cheia de perigos e trabalhos, que em nenhuma parte della faltaram, escapando milagrosamente das mãos dos dunquerquezes, e de varias tempestades em que os companheiros padeceram naufragio; e Deus, que de tantos perigos me guarda, deve ser para algum grande bem. A divina Magestade dê a V. M.cês todos os que lhes desejo, e guarde a V. M.cês por muitos annos com as felicidades que desejam. Meu companheiro beija as mãos a V. M.cês, e ambos mandamos as nossas saudades, que verdadeiramente são grandes. Haya, 20 de abril de 646.

*Antonio Vieira.*

A resposta dos judeus traslada-se, posto que desprovida de interêsse especial, como curioso documento da espécie. A linguagem guindada, a incorreta syntaxe, a emmaranhada construção de certas frases, tresanda à sinagoga. É o português em que se prégava na Holanda, e que os versados na literatura religiosa dos hebreus de Haia por certo hão de reconhecer.

Os judeus de Ruão a António Vleira <sup>1</sup>

Senhor. — Preceito é de amor que o que ama se transforma na cousa amada, de cujo causa nasce não querer V. M.<sup>cê</sup> fazer devoção no escrever-nos, por o muito que nos ama, e nós imitando a pureza do seu coração e animo, a fazemos da mesma maneira, transformando-nos em um só affecto de vontade. Breves foram os dias em que gozámos de sua vista, mas quando o bem dura muito, e particularmente nos ausentes da patria, que se não choram pelos rios de Babilonia suspiram por a vista das correntes do nosso Tejo, mas com dôr grande. Peregrinar por estado é sentir sem elle; nas pessoas da qualidade de V. M.<sup>cê</sup> é mui proprio dar honra a quem mostra, e se a nossa, por ser uma em todos, achou graça na de V. M.<sup>cê</sup>, gratificar este beneficio é a maior dita que nos podia conceder o céo. O crisol da amizade é a ausencia. Se V. M.<sup>cê</sup> não nos havendo conhecido nem visto nos defendia em Portugal, acutilando emulos com o estoque da fé e escudo da razão, que muito que nos ame, havendo nos visto, e que muito que o amemos, havendo-o tratado? O primeiro affecto d'alma é a theoria, e o segundo a materia da practica, e, se em nós outros está parte, no coração de V. M.<sup>cê</sup> está o todo, e d'esta consequencia se pode tirar quão inferiores somos a seu divino juizo. Um dos attributos de Deus é o zelo, e quem tanto o imita força é que logre o zelo com que a defende. A razão é clara, pois, sendo V. M.<sup>cê</sup> tão bom piloto da fé, quer levar o Norte a Portugal, para maior satisfação do Norte real que o governa. Esperamos na soberania de tão justo rei que, como pae da patria, receba debaixo de seu amparo os filhos que a ambição desterrou, pois sendo tão inferior Egipto a Portugal, se nelle levantou Deus um Joseph, neste ha levantado outro. Seja V. M.<sup>cê</sup> o braço direito d'este salvador lusitano, para que nos annaes da immortalidade e da ideia nome de divina e da intelligencia no movimento (*sic*) <sup>2</sup>. Bem conhecemos esta esperanza, e que as cousas grandes querem tempo, porém como são passados tantos, e está esta esperanza morta, que ressuscite duvidamos. Bem sabe V. M.<sup>cê</sup>, como tão douto, que costume é segunda natureza, e que sem grande auxilio divino não se inclina ao

<sup>1</sup> Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 656 a fls. 207.

<sup>2</sup> Período evidentemente mutilado e deformado pelo copista.

bem publico, necessario é ou bem forçoso que o Piloto real d'esta nave portugueza, como quarto planeta, atice ahi os animos, para que hajamos logrado o bom successo que se deseja; tornamos a dizer que o duvidamos, não por não conhecermos o zelo de S. M. que Deus guarde e de seus ministros, senão por conhecermos, por desgraçados, que quando a fortuna dá em perseguir aos homens lhe parece que não cumpre com a sua obrigação até os pôr debaixo das rodas. Pode ser que por descuido nos levante, mas de semelhantes descuidos se amplificaram as monarchias, que os Argos de um rigor talvez de olhos se tornarão cabeças, e d'ellas se compõe a hidra. Estimaremos que se a virem se corte, e que seja V. M.<sup>cê</sup> o santelmo d'estas borrascas e tormentas, e se as que V. M.<sup>cê</sup> passou por descobrir o Norte annunciam bonança, até que seus olhos vejam, posto pedirmos á sua divina Magestade lhe dilate a vida, e que depois a logre em serviço da real Magestade e defesa da fé catholica, e nós o bom amigo e companheiro de V. M.<sup>cê</sup>. E fazemos e offerecemos esta por propria, e pois nos mandam saudades, que lhes offerecemos nós outros, que nos sustentamos d'ellas, basta por não enfada-lo, que o amor nos desculpa. Guarde Deus a V. M.<sup>cê</sup> como deseja, e o torne a levar com muita prosperidade onde tambem todos desejamos de volver. Ruão 4 de maio de 1646.

Faltam na cópia as assinaturas, mas entre elas figurariam as de João Rodrigues de Moraes, Diogo Henriques Cardoso, António de Cárceres, e outros cristãos novos de Ruão, mencionados no processo de Manuel Fernandes Vila Real. É possível que Vieira também por lá tivesse visto o poeta António Henrique Gomes, mas êsse, fino literato, não poria o seu nome em papel tão alheio à arte de escrever.

Do que passou com António Vieira em Haia não temos por êle noticia alguma, nem o que por outras partes se apura ilucida êsse ponto. Póde-se porê, sem receio de contestação, afirmar que a missão a que ia se malogrou, e que de nenhum modo foi de evidência o papel político que na ocasião lhe competiu. Ao próprio embaixador Francisco de Sousa Coutinho nada fácil lhe resultava a tarefa, em um ambiente todo de intrigas e hostilidade. É certo que

êle, ilhéu sagaz (tinha nascido em S. Miguel) muitas vezes penetrava a umas e vencia a outra, mas a cada passo lhe surgiam obstáculos, que a outro de menor ânimo pareceram insuperaveis. Neste período tentava simultâneamente, na esperança de realisar ao menos uma das tenções, de uma parte paz ou prolongamento da trégua em vigor, e retrocesso dos territórios que as Companhias nos haviam tomado; de outra parte que os Estados continuassem a guerra com Espanha, ou que, ajustando a paz, exigissem que nela também fosse Portugal incluído. Como se vê algo de contraditório havia nestes projectos, no conjunto difíceis de conciliar. A paz entre Holanda e Castela excluía a esperança de nos serem as colónias restituídas, já que, livre do mais poderoso inimigo, apta se achava a república a defende-las com vantagem, e isso sabia o embaixador, aceitando sem embargo a contingencia, no intuito de ganhar, quando menos, um ponto na arriscada partida.

Além disso, grave dificuldade se lhe antolhava ainda; e vem a ser que, nas discussões diplomáticas, podia o suborno mais que argumentos, e a penúria usual da embaixada lhe não permitia levar de vencida oposições interessadas. Não só os adversários, mas até os agentes da França, que ajudavam as negociações, era mister de quando em quando propiciar com oportunas dádivas<sup>1</sup>. Jerónimo Nunes

---

<sup>1</sup> São em extremo curiosas as revelações, que neste particular fazia Francisco de Sousa Coutinho ao marquês de Niza. Desde os funcionários subalternos ao secretário de Estado Muts, e aos membros da alta assembleia governativa, todos se deixavam corromper. Nem a Princesa de Orange, mulher do *Stathouder*, repelia as peitas. Assás interessante é o trecho da correspondencia relativa a êste caso: «Fiz-lhe dizer (à Princesa) pelo sr. D. Luis de Portugal que, se S. A. (o Príncipe), pois em Zelanda podia tudo, fizesse que aquella provincia não viesse na paz sem a inclusão de Portugal, lhe daria quinhentos mil florins; não aceitou a offerta, dizendo que, sobre não poder nada, podia menos por aquelles termos de lhe

da Costa, o opulento hebreu, agente official do govêrno portuguez, era quem tinha a cargo a gestão financeira, e

---

offerecerem dinheiro. Entendi o achaque, como quem lhe conhece a natureza, julgando, e acertei, que lhe parecera pouco o dinheiro. Dobrei-lhe a parada, e mandei-lhe falar por uma irmã de D. Luis, de quem elle faz grande confiança, e ajuntei novas razões, para lhe tirar a vergonha de não haver tido o primeiro *envite*. Em fim teve o resto, e remetteu logo o negocio a este plenipotenciario, Estado de Zelanda, propondo que seria bom tambem fazer-lhe um cumprimento de cincoenta mil florins, que ella mesmo taxou.» (Carta de 28 de Janeiro de 1647, Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 1:748). A transação, a que se não pôde supôr extranho o Príncipe, não foi ávante porque Francisco de Sousa Coutinho não pôde logo depositar a soma prometida no Banco de Amsterdam, como lhe exigiam. Quando esta veio, era tarde. De não menos valor é o caso referente ao agente de França, M. Brasset: «Um d'estes dias, visitando-o eu, acarretou conversações caseiras, até me vir a dizer que havia dois annos que não cobrava de seus ordenados um *franc*. E deteve-se demasiadamente neste discurso, chorando-se velho, carregado de obrigações, e de pouca fazenda. Pareceu-me que lhe chegava o cheiro da canela e pimenta, que está nesse reino, e chorei-me com elle, mas não o consolei com promessa nenhuma, porque as facilidades com que Francisco de Andrade promettia joias em nome de S. M. me teem bem acautelado.» (Carta de 18 de março de 1647, loc. cit.). Acerca dos Estados — assim se denominavam os membros da assembleia —, não menos explícitas são as referências. Quando se tratou da restituição de Pernambuco, dividiu-se a opinião entre eles, uns favoráveis outros contrários às condições oferecidas. O embaixador visitava pessoalmente a cada um pedindo-lhe o voto. «A uns achei bons — conta —, a outros inimicissimos. Bem sei que se elles ouvissem tinir que houveram de baixar a voz.» Os commissários de Holanda aceitavam, diz elle, «por haver comprado alguns com um pouco de contato e um muito de promessas.» (Carta de 21 de outubro de 1647, loc. cit.). Para este acôrdo foi também palpado, com uma oferta de cem mil escudos, o novo príncipe de Orange, Guilherme II, filho do antecedente, que não aceitou absolutamente, mas também se não escandalizou. (carta de 25 de maio de 1648, loc. cit.). Tal era a moralidade dos próceres da república ao terminar a guerra da independência.

proporcionava os fundos ao embaixador. Quantas vezes, porêm em atrazo! Quantas reduzindo-lhe as parcelas! Quantas, cansado de antecipar somas, largo tempo em desembolso, redondamente lhas negava! A correspondência de Francisco de Sousa Coutinho anda cheia de tais queixas, e as seus próprios vencimentos largos meses ficavam retidos.

Mas não eram essas as sós dificuldades do embaixador. A política ardilosa da França muitas vezes lhas creava. Quando a Haia chegou M. de la Thuillerie, que devia patrocinar ante os Estados as diligências do diplomata português, tinha êste tratado com o secretário Muts dar-lhe, para repartir com quem realisasse as negociações em Munster, meio milhão de florins se a guerra com Castela continuasse, um milhão se, fazendo a paz, fosse Portugal incluído, ou lhe alcançasse a Holanda trégua de vinte e cinco anos com Espanha. Soube-o o plenipotenciário amigo, chamou a si a negociações e, por meios de que dispunha, inutilisou-a, por não servir aos interesses da sua nação o acôrdo <sup>1</sup>. Com efeito o que o caviloso Mazarini nêsse tempo meditava era fazer êle próprio as pazes com Espanha, recebendo a França os Países Baixos, e abandonando-lhe à discrição Portugal <sup>2</sup>.

Neste pé se achavam as cousas em Holanda, à chegada de António Vieira. Levava os créditos de Ruão? Parece duvidoso, porque, voltando ao reino, em julho seguinte,

<sup>1</sup> Carta de 27 de Janeiro de 1647, loc. cit.

<sup>2</sup> Carta de Mazarini a M. d'Avaux, plenipotenciário em Munster, de 20 de julho de 1646, extratada na obra de J. Tessier, *Le chevalier de Jant*, pág. 318: «Nous pouvons dire que, par la paix que nous faisons sans y comprendre le Portugal, nous donnons un royaume tout entier au Roy d'Espagne, puisqu'il est certain que, quelque bonne opinion que les portugais aient de leurs personnes et de leurs forces, s'il n'est diverti d'ailleurs, il n'aura pas beaucoup de peine à les réduire.»

trazia por instruções pedir a D. João IV poderes para o embaixador e dinheiro; dinheiro para o que sabemos, poderes para aquele mais à vontade negociar, e oferecer o máximo que mister fosse, para alcançar a desejada paz.

Assim pois, vê-se, redundou esteril esta primeira missão de Vieira, porque nem conseguiu levar consigo o especial enviado que pretendia, nem a proposta sobre a compra de Pernambuco pôde ser submetida aos Estados, que recusavam discutir os negócios do Brazil. Com efeito, desde que Francisco de Sousa Coutinho, em nome de D. João IV, repelira toda a ideia de solidariedade com os rebeldes de Pernambuco, o govêrno de Holanda, fundando-se em que, onde não existia contenda não podia haver ajustamento, negava audiência ao embaixador, cada vez que para tratar do assunto lha solicitava<sup>1</sup>. Só muitos meses depois, no ano seguinte, a pertinencia dos holandeses foi vencida.

Entretanto era do máximo interêsse realizar-se a composição. Se bem que, no Brazil, em campo, proseguissem as vantagens dos revoltosos, a situação por fóra complicava-se. Os Estados tinham autorizado a apreensão dos navios que fossem propriedade dos súbditos revoltados, e as Companhias aproveitaram-se disso para prearem quantos barcos nossos encontravam. É evidente o dâno que daí provinha ao comércio portuguez em geral. Em Holanda achava-se a opinião pública sumamente excitada, pelas consequências de um revez que tivéramos. No combate de Tamandaré, em que a esquadra de Jerónimo Serrão de Paiva foi destruída pela de Lichthardt, caíram em mãos do vencedor papeis de comprometimento para o govêrno de Lisboa, entre êles uma ordem régia para Salvador Correia de Sá, comandante da armada que recolhia ao reino, ordem que, se bem cautelosamente redigida, na interpretação justa significava um mandado de auxílio aos

<sup>1</sup> *Portugal Restaurado*, ed. 1751, T. 2, pág. 191.

rebeldes<sup>1</sup>. Não chegou ela a tempo, ou não a quiz Salvador Correia entender. O caso é que ficou em poder de Jerónimo Serrão, em quanto a força naval, superior em número e poder dos navios, velejava para a Europa. A isso porventura se deve não ter logo o Recife caído em posse dos portugueses. Soube-se disto em Haya, vieram os documentos, e o populacho enfurecido tentou vingar a traição na pessoa do embaixador. Assaltou-lhe a casa, e só a força armada o salvou do maior desacato e violência. Era portanto difficil, em tal conjuntura, alcançar o ajustamento pacífico de que Portugal carecia para se defender de outro inimigo, tão potente como Espanha.

Não se apura com precisão a data em que Vieira saiu de Haia. Talvez em fins de julho, como de uma carta de António Moniz de Carvalho se colige. Diz êle em 29 dêsse mês ao conde almirante :

«Francisco de Sousa Coutinho me avisou que o padre António Vieira partira para esse reino, a fazer nelle as advertencias e diligencias que convinham. Peço a V. E. me avise do que lá diz e se resolve, e me deixa admirado de me não escrever sua partida, sendo eu tão grande seu apaixonado»<sup>2</sup>.

Parece pois que foi resolvida a viagem de súbito. O biógrafo D. Francisco Alexandre Lobo com razão adverte que António Vieira se acharia no fim de Agosto em Lisboa<sup>3</sup>, onde segundo parece não advogou as pretensões de Francisco de Sousa Coutinho<sup>4</sup>. Com o conhecimento que

---

<sup>1</sup> O documento foi publicado na obra de Porto Seguro, *Historia das lutas com os holandezes no Brazil*, pág. 298, ed. de 1872.

<sup>2</sup> Bibl. de Évora, Cod.  $\frac{CVI}{2-9}$ .

<sup>3</sup> *Obras*, T. 2, pág. 214.

<sup>4</sup> Carta de Francisco de Sousa Coutinho ao marquês de Niza : «Poderes e dinheiro, isto foi o que o padre Vieira levou por instrução minha pedir a S. M., e se nos houvera crido, e não ao velha-



de observação própria adquirira das cousas de Holanda, reduziu a parecer motivado a proposta para a compra de Pernambuco, e «a todos pontos satisfez com muito prudentes e bem consideradas razões», diz o autor do *Portugal Restaurado*. Em breve, porém, tinha de o substituir por outro mais radical, o do abandono completo, e, porque o escreveu de seu punho, sôbre êle os pósteros lançam a responsabilidade que, com mais justiça a outros, e dos mais graduados se devera imputar.

**J. Lúcio de Azevedo.**

---

quinho do companheiro, (*o padre António de Melo?*) e ao que o fez informar contra o que se propunha, tivemos ganho muito tempo.» 22 de abril de 1647. Bibl. Nac. de Lisboa, Cod.